



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

Aos 31 dias do mês de maio de 2023, pelas 10:07 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 99 a 101;**
2. **Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;**
3. **[Requerimento de documentação da Conta Geral do Estado 2022](#) (apresentado pelo GP/IL);**
4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado de Estado dos Assuntos Fiscais;**
5. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado de Estado dos Assuntos Fiscais;**
6. **Análise e votação do Relatório das Atividades desenvolvidas pela UTAO entre 20 de novembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022;**
7. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS, solicitando informações ao Banco de Portugal;**
8. **Outros assuntos.**

-
1. **Aprovação da ata n.º 99 a 101;**

O Senhor Presidente colocou as atas à discussão. Não havendo pedidos de palavra, estas foram imediatamente votadas, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do grupo parlamentar (GP) BE, Deputado Único Representante de Partido (DURP) do PAN e DURP L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

2. **Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;**

Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou à votação os artigos e respetivas propostas de alteração. O registo dos sentidos de voto de cada GP, em cada artigo, consta do [Resultado das votações](#), disponível na página eletrónica da iniciativa.

3. **[Requerimento de documentação da Conta Geral do Estado 2022 \(apresentado pelo GP/IL\)](#);**

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) tomou a palavra para apresentar o seu requerimento salientando que atendendo à relevância de Conta Geral de Estado, que é um importante documento de reporte financeiro, é uma boa prática que os ficheiros possam ser disponibilizados em formato editável com vista a uma mais fácil análise e tratamento da informação.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse concordar, mais acrescentando que além de serem disponibilizados nesse formato à Assembleia da República, os ficheiros deveriam estar disponíveis no site da DGO igualmente nesse formato, acessíveis ao público em geral. Mais disse, recordando discussões anteriormente havidas em reuniões da COF sobre esta matéria, que reiterava a sua posição de que o direito de requerer e obter informações e fazer perguntas é um direito potestativo dos deputados não podendo estar sujeito à vontade de maiorias, pelo que reafirmou o seu entendimento de que este tipo de requerimentos não deveria ser votado, devendo ser encaminhado pela Mesa da COF sem votação, adotando esta a mesma posição que a Mesa da Assembleia da República.

O Senhor Presidente reiterou o seu entendimento de que os direitos dos deputados podem ser exercidos diretamente e não mediados. No entanto, sendo o pedido mediado pela intervenção da Comissão, este deverá ficar sujeito a deliberação da Comissão.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) referiu que há o direito à informação do público em geral e que todas as ações que visem melhorar a informação prestada é um contributo para a Democracia. Disse concordar com o requerimento e entender que se



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

justifica que o pedido seja feito com carácter de perenidade, para que a informação seja sempre aberta e transparente.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse entender que um requerimento deste tipo não exclui nunca o direito de o Deputado ou GP apresentar diretamente a solicitação à entidade, tratando-se simplesmente de saber, do ponto de vista político, se outros GP se associam, sendo, nesse caso, o requerimento feito em nome da Comissão e não de um determinado partido/ deputado. Sobre o requerimento, disse defender igualmente a melhoria da transparência e da informação, pelo que gostaria de se associar ao requerimento desde que este pudesse acomodar uma ressalva. Quanto a esta, referiu que, de acordo com a sua experiência noutras funções, os sistemas de informação nem sempre são tão amigáveis como pode parecer para o exterior e nem sempre é fácil ter a informação totalmente editável e trabalhável num determinado suporte. Neste sentido, atendendo a estes constrangimentos, colocou à consideração do proponente que fosse acrescentado um inciso no ponto deliberativo que pudesse referir que a documentação em formato editável era requerida nos casos em que tal fosse “tecnicamente exequível”. Com esta ressalva disse pretender evitar que uma eventual não disponibilização de determinada informação no futuro, por não ser possível tecnicamente disponibilizada, fosse usada como “arma de arremesso” contra o Governo, argumentando incumprimento de algo que foi solicitado pela Assembleia da República.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) tomou a palavra para referir os diversos pontos em que discordava das intervenções dos colegas. Sobre o facto de ter efetuado este requerimento à COF, tendo optado por não submeter o pedido diretamente à entidade, disse que o fez com o intuito de dignificar o trabalho da Comissão em defesa da qualidade e celeridade do seu trabalho. Disse que objetivo era assim não partidarizar este pedido. Relativamente à ressalva pretendida pelo Deputado Miguel Cabrita (PS), disse que, quanto a este requerimento concreto, a DGO trabalha os dados e, por definição edita-os, havendo necessariamente formatos editáveis dos ficheiros. Coisa diferente disse ser determinar se a Assembleia e os GP dispõem ou não dos programas de suporte à receção dos dados, dizendo, contudo, que isso já seria um problema diferente e da própria Assembleia e GP enquanto recetores da informação. Concluiu dizendo não aceitar o inciso e dizendo que se a COF entendesse não aceitar o requerimento faria o pedido diretamente.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) disse que lamentaria se este requerimento não fosse aprovado na medida em que considera que este impulso é relevante no sentido de melhorar a informação disponibilizada. Disse, contudo, entender que poderia haver o interesse de a entidade salvaguardar determinadas fórmulas de cálculo.

O Senhor Presidente, antes de passar a palavra, com o objetivo de poder ser obtido acordo entre os GP para aprovação do requerimento, sugeriu que pudesse ser incluído o seguinte inciso no final do requerimento: «Caso alguns dos elementos requeridos não existam em formato editável, o Governo identificá-los-á e, bem assim, a razão pela qual não é possível satisfazer a solicitação».

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) agradeceu a proposta que considerou construtiva, referindo, contudo, que todos os documentos usados na Conta Geral do Estado foram criados, não existiam, tendo de ser editados e sendo por natureza editáveis. Assim, a única questão que se poderia colocar diz respeito aos programas que são utilizados e que poderão eventualmente pertencer exclusivamente ao Ministério das Finanças. Assim, disse não querer acrescentar possibilidades para que o Governo se possa eximir de apresentar os ficheiros solicitados. Disse que a questão levantada pelo Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), relativamente à salvaguarda das fórmulas, lhe parecia mais pertinente. Disse, contudo, que na maior parte dos sistemas utilizados é perfeitamente viável exportar dados sem as fórmulas. Ainda assim, disse não ser bom começar a abrir exceções e concluiu dizendo não aceitar alterações ao requerimento apresentado.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para complementar a sua anterior intervenção e responder a algumas das intervenções. Começou por saudar, de forma que disse não ser irónica, a fé do senhor Deputado da IL nos sistemas de informação, em particular nos utilizados pelo Estado, que disse serem extremamente complexos e feitos “por acréscimo” aos anteriores, mais rudimentares, de forma casuística, salientando não se pretender pronunciar sobre os sistemas utilizados no caso concreto, que disse desconhecer. Em qualquer caso, disse que se o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) considera que o inciso proposto pelo PS ou o proposto pelo Presidente, é irrelevante, uma vez que todos os dados seriam editáveis, não compreendia o motivo da sua não aceitação. Acrescentou que mesmo que o



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

Governo se escusasse a enviar alguma informação por não disponível em formato editável, sempre seria obtido “ganho de causa” uma vez que atualmente a COF não dispõe de qualquer informação. Concluiu dizendo que se a IL mantivesse a não aceitação do inciso, seria válido concluir que para a IL seria mais relevante não dar desculpas ao Governo para que pudesse eventualmente não disponibilizar a informação do que melhorar a qualidade da informação recebida.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse que a discussão estava feita, salientando, contudo, que entendia que o inciso não era irrelevante.

O requerimento foi votado, tendo sido rejeitado com os votos a favor do PSD, CH, IL e PCP e o voto contra do PS, na ausência do BE, PAN e L.

O Senhor Presidente salientou que a rejeição não precludiria o direito previsto no artigo 4.º n.º 1 al. e) do Regimento.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) reiterou a sua argumentação sobre a interpretação, do seu ponto de vista errada, que estava a ser seguida nesta Comissão, relativamente a requerimentos de informação solicitadas a entidades terceiras, dizendo que esta interpretação abria um precedente grave.

O Senhor Presidente reiterou que a partir do momento em que se solicita a pronúncia de uma Comissão, o Deputado fica sujeito à decisão dessa Comissão.

4. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado de Estado dos Assuntos Fiscais](#);

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) apresentou o requerimento salientando que o mesmo tinha origem num comunicado da Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados segundo o qual haveria intenção alterar o estatuto daquela profissão, eliminando a necessidade de as demonstrações financeiras e determinadas declarações serem assinadas por contabilista. Disse ser necessário perceber quais as intenções do Governo, não obstante o facto de terem, entretanto, surgido notícias dando conta de que haviam sido encetadas negociações que alteraram em parte as intenções iniciais do Governo. Concluiu dizendo que, em face do alarme público que se gerou,



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

seria importante clarificar esta matéria e fazer o ponto de situação das negociações, assim requerendo a audição da Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) apresentou o seu requerimento salientando que o objeto era em tudo idêntico ao do requerimento apresentado pelo GP do PCP. Disse que o comunicado efetuado pela Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados nos termos do qual haveria a intenção de permitir que não fosse necessária a assinatura do contabilista certificado nas demonstrações financeiras e declarações fiscais de entidades com contabilidade organizada, poderia pôr em causa a continuidade da profissão de Contabilista e, bem assim, a seriedade e fiabilidade daquelas demonstrações financeiras e declarações. Disse tratar-se de um assunto de grande importância e urgência e concluiu solicitando a audição da Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) tomou a palavra para manifestar o seu espanto e perplexidade sobre a notícia que veio a público e na qual a Bastonária proclamou o fim da profissão de Contabilista Certificado. Salientou a importância da profissão no combate à fraude e evasão fiscal. Disse que os requerimentos têm fundamento com vista a apurar as intenções do Governo, não obstante a clarificação posterior que foi dada sobre o tema.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse que a prática do partido é viabilizar os requerimentos apresentados, o que seria feito também neste caso. Não obstante, e embora reconhecendo a importância do tema, sugeriu a ambos os proponentes a retirada dos requerimentos, atendendo a que em breve, conforme anunciado já pelo Governo, tramitará na Assembleia da República uma iniciativa legislativa sobre esta matéria, sendo mais adequado e útil que os partidos se pronunciem quanto a tal iniciativa do que sobre notícias de jornais.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse acompanhar a intervenção do Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL). Disse que efetivamente as notícias que circularam geraram algum alarme público, contudo, atendendo a que foi aprovada em Conselho de Ministros e enviada à Ordem dos Contabilistas, uma proposta



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

relativamente à qual a Bastonária já emitiu declarações públicas nas quais manifestou que estão em curso negociações sobre esta matéria que acautelam as preocupações inicialmente manifestadas e que o processo legislativo passará necessariamente pelo Parlamento, fará mais sentido, do ponto de vista material e substantivo, fazer a discussão e desenvolver as diligências necessárias, nesse momento e nessa sede. Mais disse que a questão do alarme público gerado, havia sido, entretanto, corrigida por declarações subsequentes da Bastonária.

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) disse entender as razões apresentada pelos colegas das duas intervenções precedentes, na medida em que não há ainda um documento fechado, contudo, disse ser importante perceber as negociações em curso. Disse, assim, manter o requerimento.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse que efetivamente houve um comunicado da Bastonária que clarificou que a situação não é já a inicialmente referida, contudo, atendendo ao alarme público gerado, no âmbito de uma profissão com a relevância e dimensão da do contabilista certificado, o Parlamento e a COF em particular, não pode passar ao lado deste tema, contribuindo para o escrutínio e o esclarecimento público das questões envolvidas, independentemente de vir posteriormente a tramitar na Assembleia da República a iniciativa em questão. Disse, assim, manter o requerimento.

Não havendo mais pedidos de palavra os requerimentos foram votados em conjunto, tendo sido rejeitados com os votos a favor do PSD, CH, IL e PCP e o voto contra do PS, na ausência do BE, PAN e L.

O Senhor Presidente recordou que não obstante a rejeição, dando entrada a proposta de lei relativa ao Estatuto dos Contabilistas ainda no decurso da presente sessão legislativa, conforme tem sido noticiado, estas diligências poderão ser aí adotadas.

5. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo GP do CH para audição da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Secretário de Estado de Estado dos Assuntos Fiscais;](#)

Atendendo à identidade de matérias, este ponto foi tratado em conjunto com o ponto precedente, para o qual se remete.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

6. Análise e votação do Relatório das Atividades desenvolvidas pela UTAO entre 20 de novembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022;

A Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD) disse que o PSD reconhece e valoriza o trabalho da UTAO, o qual considera fundamental para a atividade da Assembleia da República em geral e da COF em particular. Contudo, disse que há também exigências a fazer, nomeadamente a necessidade de mais recursos humanos, cuja escassez condiciona o trabalho, não pela qualidade, profundidade, interesse e mesmo inovação, mas pelo atraso que por vezes ocorre na entrega dos mesmos, que surgem fora do timing político, considerando que uma resposta oportuna e atempada trará mais utilidade. Disse querer passar esta mensagem de necessidade de mais recurso de meios, sem pôr em causa a grande qualidade técnica do trabalho

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) disse querer alertar para facto de que o Senhor Coordenador da UTAO lhe ter transmitido, numa reunião que tiveram no início da sessão, que pretendia reunir com a Mesa da COF para abordar as insuficiências que existem naquela unidade. Defendeu que deveria haver por parte da COF alguma influência junto dos órgãos competentes para que os meios técnicos e humanos da UTAO fossem reforçados para que possa melhorar ainda mais o seu trabalho. Disse que há um problema de timing, sendo o trabalho por vezes recebido “em cima da hora” ou mesmo extemporâneo. Disse que, não obstante ser do entendimento do Senhor Presidente da COF, que não compete à COF reunir com o Senhor Coordenador da UTAO nesse sentido, pelo que seria importante que esta pudesse influenciar de alguma forma para que fossem aumentados os quadros e meios técnicos ao serviço da Unidade.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse ter enorme apreço pelo trabalho da UTAO e não pelo facto de esta ser, por vezes, crítica do Governo, mas sim pela solidez, interesse e qualidade técnica do seu trabalho. Referiu que perpassa deste relatório que existe efetivamente escassez de recursos. Mais disse que há nos planos de atividades da UTAO - nos quais disse não ter encontrado o de 2022 e desconhecendo se ele passou na COF - uma afetação de tempo e de recursos a um conjunto atividades que parece ser autodefinida e não sujeita a grande acompanhamento. Assim, defendeu um maior acompanhamento por parte da COF, quanto às decisões organizativas e prioridades de trabalho da UTAO para aferir se a



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

escassez de recursos se deve a atividades feitas no contexto da Comissão ou outras, que se iniciaram, como seja colaboração com outras jurisdições ou Parlamentos ou com órgãos de comunicação social para esclarecimento de matérias orçamentais. Poderá até fazer sentido, mas com a prioritização e balanço por parte da Comissão. Se se verificar que existe realmente carência de recursos humanos ou outros, o que disse ser provável, a Comissão deveria sentir-se autorizada a fazer com que os representantes de cada GP junto do Conselho de Administração fossem porta-vozes desta preocupação de afetação de recursos à UTAO. Deixou, por fim, a sugestão de que a COF acompanhasse a atividade da UTAO e estabelecesse regras para o seu trabalho, dando um contributo para que esta funcionasse melhor e mais constantemente para o futuro.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse que pela parte do GP PS nada obsta à aprovação deste relatório. Cumprimentou o trabalho da UTAO e o seu papel importante e disse fazer votos para que possa ser reforçado o seu papel de apoio técnico à COF.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse apreciar o trabalho realizado pela UTAO, salientando ser importante o reforço de meios até para que a UTAO possa cumprir algumas das suas competências que estão em atraso, dando o exemplo do relatório sobre Parcerias Público-privadas cujo último ano disponível é 2020, entregue em dezembro de 2021 e referindo que dezembro de 2022 já passou e o relatório relativo a 2021 ainda não foi recebido. Disse pretender aproveitar a presente discussão para referir que seria importante que a UTAO se focasse nas suas competências enquanto Unidade de Apoio Orçamental. Neste contexto, disse ter sérias dúvidas de que seja competência da UTAO dar entrevistas em que diz que deve haver um adiamento do PRR como política anti-cíclica, ou que o aumento dos salários anima a inflação ou tecer considerações sobre as medidas constantes no Programa de Estabilidade terem um “elevado custo para o Estado e quase sem efeito no bolso dos contribuintes”. Disse que estas afirmações são considerações de teor político e de opções políticas, pretendendo manifestar o seu desconforto com um certo “ativismo” que contrasta, assim, com alguns atrasos quanto às suas competências, como é o caso do relatório referido. Concluiu dizendo que certamente faltarão meios, contudo, gostaria de assinalar que a UTAO deve cumprir com o seu papel e abster-se de algum excessivo ativismo, desenquadrado das suas funções.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

Não se registando mais pedidos de palavra o Senhor Presidente colocou o relatório à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade na ausência do BE, PAN e L.

A Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD) disse que o seu GP iria apresentar uma declaração de voto.

O Senhor Presidente referiu que, de acordo com a informação dos Serviços, o último plano de atividades foi recebido na COF a 17/12/2020 e dizia respeito à segunda sessão legislativa da XIV Legislatura.

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS, solicitando informações ao Banco de Portugal;

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) apresentou o requerimento do seu GP, salientando que este vem na sequência do anterior, relativo ao processo de averiguação da idoneidade da Engenheira Isabel dos Santos, na sequência da alegação de interferência no Banco de Portugal feita pelo Ex-Governador, Carlos Costa, e que seguirá os seus tramites. Disse que à COF, enquanto responsável pelo acompanhamento da banca e supervisão desta, interessa apurar os factos e o contexto que motivaram a intervenção, à data, do Governador. Disse ser neste quadro, e com vista a conhecer melhor estes processos e antecipar situações que venham a ocorrer no contexto de uma crise, que é apresentado o presente requerimento. Mais disse que seria importante perceber se houve um tratamento igual quanto à operação subsequente de reforço do capital da Sonagol no BCP. Concluiu dizendo que, atendendo às competências legislativas e de acompanhamento da Banca que competem à COF, faria sentido refletir sobre os processos de averiguação da idoneidade.

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) disse pretender clarificar que o reforço de capital no Eurobic foi feito individualmente e diretamente pela Engenheira Isabel dos Santos e o reforço no BCP foi feito através da Sonangol. Mais disse que pretender fazer uma declaração de interesses que era a de que é colaborador do Eurobic.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) recordou que já havia sido apresentado o anterior requerimento do PS que o PSD viabilizou apresentando algumas reservas



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

atendendo ao sigilo de algumas matérias. Disse constatar e ter perplexidades quanto ao facto de este requerimento tratar de uma matéria lateral ao Eurobic. Disse que o PS através deste requerimento trouxe à Comissão questões que estão a ser investigadas e que através deste requerimento o PS está a instrumentalizar a Comissão, tratando-se de uma manobra política. Disse que o que está por detrás do requerimento é uma contenda entre o Ex-Governador e o primeiro-ministro, que está a ser tratada em tribunal. Concluiu dizendo que o PSD se opõe a trazer este assunto à Comissão e ao Parlamento.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse que votaria a favor, uma vez que a IL apenas votaria contra “casos gritantes”. Contudo, disse que o PS protagonizou o momento mais hilariante da manhã ao tentar justificar o pedido destas informações com motivos dignos e elevados. Disse que por detrás dos argumentos aduzidos no requerimento, o PS pretende apenas obter informação para efeitos do processo judicial que o Senhor primeiro-ministro pretende mover contra o ex-governador, esperando que a COF não seja utilizada para recolha de prova no âmbito desse processo. Mais disse que, se pretendesse realmente tratar o tema na idoneidade, o PS não teria votado contra o projeto de lei da IL para reforço dos critérios de idoneidade e aferição da idoneidade, aquando da votação das alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito. Mais disse que o PS recusou três requerimentos para ouvir pessoas e requerer documentos.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse reiterar a posição já manifestada anteriormente quanto à votação deste tipo de requerimentos na Comissão. Quanto às intenções do PS com este requerimento, disse que estas seriam conhecidas nos próximos meses.

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) concluiu dizendo que relativamente à confidencialidade destas matérias, a COF tem disponíveis os meios necessários à sua salvaguarda. Quanto aos motivos inerentes ao requerimento disse que as avaliações de idoneidade devem ser feitas de forma sistemática e não pontual que é o que se pretende neste caso. Disse que no caso concreto, estas operações são idênticas, envolvem os mesmos *players*, permitindo fazer uma comparação muito clara. Disse que esta sistematização é importante para perceber se o comportamento do regulador foi



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

sistemático ou *ad hoc*. Por fim, disse ainda que o regime de supervisão dos bancos e o processo de idoneidade deve ser reavaliado que é o que se pretende.

Não se registando mais pedidos de palavra o Senhor Presidente colocou o relatório à votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis do PS, CH, IL e PCP e voto contra do PSD, na ausência do BE, PAN e L.

8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente disse que iria enviar aos coordenadores informação sobre um convite à COF e à 6.ª Comissão para uma conferência interparlamentar que se realizará a 26 de junho de 2023 em Bruxelas, para que sejam indicados os participantes.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 11:51 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de maio 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 102/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Duarte Alves (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Diogo Cunha (PS)
Miguel Iglésias (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Hugo Carneiro (PSD)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)